

**Maria do Rosário Barbosa Morujão**  
**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**  
**Centro de História da Sociedade e da Cultura**

**Bispos em tempos de guerra:  
os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV**

Apesar de o interesse pelas elites eclesiásticas registado nas últimas décadas ter conduzido a avanços notáveis no conhecimento dos bispos medievais portugueses, poucos dos estudos até agora levados a cabo incidem sobre a segunda metade do século XIV, época que permanece muito mal conhecida sob este ponto de vista<sup>1</sup>. Assim sucede em relação a Coimbra, cuja prelaia tenho vindo a analisar em diversos trabalhos, nenhum dos quais, porém, avançou para além dos anos de 1330<sup>2</sup>. Aproveitei por isso o ensejo da realização das VI Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, subordinadas ao tema geral da guerra e da sociedade, para iniciar o estudo dos prelados que presidiram à diocese de Coimbra durante esse meio século, tão profundamente marcado por conflitos armados e tensões que tiveram consequências diretas no provimento desta cátedra episcopal.

A comunicação apresentada constitui uma primeira abordagem desta temática, e o seu objectivo essencial consiste em identificar os bispos e deter-

<sup>1</sup> De entre os trabalhos sobre o clero secular português publicados a partir de 1990 que se reportam à segunda metade do século XIV, destacam-se os seguintes (por ordem alfabética do apelido do autor): Maria Helena da Cruz Coelho, *O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir*, separata de *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, Braga, 1990; Maria Antonieta Moreira da Costa, "Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga: 1245-1374", *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2ª série, nº 17, 2005, pp. 117-140; Mário Sérgio da Silva Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*, 2 vols., Lisboa, Faculdade de Letras, 2003 (dissertação de mestrado policopiada) e "A quem são teúdos os barões e sages cônegos? Perspectivas sobre as redes de solidariedade no cabido da Sé de Lisboa: 1277-1377", *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2ª série, nº 17, 2005, pp. 141-182; Ana Maria S. A. Rodrigues, João Carlos Taveira Ribeiro, Maria Antonieta Moreira da Costa e Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *Os capitulares bracarense (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, CEHR, 2005; Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "O processo de inquirição dos bens de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372†)", *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2ª série, nº 13-14, 2001-2002, pp. 197-228 e "O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa: 1359-1364. Notas de investigação", *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2ª série, nº 17, 2005, pp. 419-438; Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Ed. Presença, 1999.

<sup>2</sup> Cf. Maria do Rosário Barbosa Morujão, "A prelaia de Coimbra no contexto de afirmação de um reino", in *Sé Velha de Coimbra: Culto e Cultura. Ciclo de Conferências*, Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra / Câmara Municipal, 2005, pp. 193-222; "La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles", in *A Igreja e o clero português no contexto europeu. Colóquio Internacional*, Lisboa, CEHR, 2005, pp. 77-91; *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1325)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005 (dissertação de doutoramento policopiada); "Les testaments du clergé de Coimbra: des individus aux réseaux sociaux", em colaboração com Maria Helena da Cruz Coelho, in *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (séc. XII-XIV)*, Lisboa, CEHR, 2007, pp. 121-138; "O báculo e a coroa na Coimbra medieval", in *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Actas*, coord. Margarida Garcez e José Varandas, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008, pp. 43-66.

minar a cronologia dos seus episcopados, contribuindo assim para o estabelecimento de um episcopologio de Coimbra seguro, limpo dos erros e confusões de que continuam eivados os catálogos de prelados portugueses respeitantes a este período<sup>3</sup>.

Bispos	Cronologia dos episcopados
D. Jorge Eanes	1338 - 1356†
D. Lourenço Rodrigues	1356 - 1358
D. Pedro Gomes Barroso	1358 - 1364
D. Vasco Rodrigues	1364 - 1371
D. Pedro Dias Tenório	1371 - 1377
D. João Cabeça de Vaca	1377 - [1383]
D. Martinho Afonso	[1385] - 1398
D. João Afonso de Azambuja	1398 - 1402

Quadro nº 1 – Os bispos de Coimbra de 1338 a 1402

Sucederam-se em Coimbra oito bispos, no meio século alargado que vai de 1338 a 1402. O primeiro de entre eles, D. Jorge Eanes, ocupou a cátedra de 1338 até 1356<sup>4</sup>. Foi nomeado pelo papa Bento XII, substituindo o seu antecessor D. João de Prez, transferido *in curia* para uma diocese de França<sup>5</sup>. D. Jorge era licenciado em Decretos e, antes de ascender ao episcopado, pertencera ao cabido de Astorga<sup>6</sup>. No seu selo (fig. 1), surge representado com as insígnias episcopais, em gesto de abençoar<sup>7</sup>, ladeado por dois escudos cuja

<sup>3</sup> Para a segunda metade do século XIV, interessam essencialmente os episcopologios apresentados pelos seguintes autores (ordenados cronologicamente): Pedro Álvares Nogueira, *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*, publicado por A. G. da Rocha Madahil, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1942 (edição pela qual serão feitas as citações ao longo do texto); nova ed., coordenação de Manuel Augusto Rodrigues e transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso, Coimbra, Arquivo da Universidade, 2003; Francisco Leitão Ferreira, “Catalogo chronologico-critico dos bispos de Coimbra”, in *Colecção dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, nº XVIII, Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1724; António de Vasconcelos, *Lista cronológica dos bispos de Coimbra*, Coimbra, Gráfica Conimbricense, 1924; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, 4ª ed., Lisboa, União Gráfica, 1968, pp. 436-437; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. preparada e dirigida por Damião Peres, vol. 1, Porto, Portucalense Editora, 1967, pp. 501-502; António Brito Cardoso, *Catálogo dos bispos da diocese de Coimbra*, sep. *Boletim da diocese de Coimbra*, Coimbra, 1985; Ana Maria Jorge (coord.), “Episcopologio”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2000, pp. 135-136.

<sup>4</sup> Assim indica Conrad Eubel, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, Münster, Sumptibus et Typis Librariae Regensbergianae, 1913, p. 196.

<sup>5</sup> Sobre o bispo francês D. João de Prez, as circunstâncias em que ascendeu à cátedra de Coimbra e o seu percurso, vid. M. R. B. Morujão, “O báculo e a coroa...”, pp. 48, 53, 55 e 65.

<sup>6</sup> Estas informações colhem-se igualmente em C. Eubel, *Hierarchia...*, p. 196.

<sup>7</sup> Esta era a figuração mais usual dos selos episcopais em todo o Ocidente europeu, como se pode verificar em Maria do Rosário Barbosa Morujão, “Imagens de selos. Anotações de sigilografia pontifícia e episcopal”, in *Colecção Esfragística da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Catálogo da exposição*, Coimbra, Reitoria da Universidade, 2003, pp. 61-70. Sobre os selos usados pelos predecessores de D. Jorge à frente da diocese de Coimbra, vid. M. R. B. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, pp. 735-761.

identificação talvez venha permitir conhecer melhor este prelado, acerca do qual muito pouco se sabe, apesar de o seu governo ter durado duas décadas<sup>8</sup>. Foi o mais longo de todos os oito e o único que se prolongou até ao final da vida do seu titular<sup>9</sup>.



Fig. 1 – Selo de D. Jorge Eanes (1338 - 1356†)<sup>10</sup>

De alguma forma, este bispo faz a transição não apenas entre a primeira e a segunda metade do século, mas entre dois períodos diferentes da história da diocese – um que se inicia com a sua restauração, e é marcado por episcopados quase sempre duradouros que rematavam a carreira dos prelados<sup>11</sup>; e outro, a partir de meados de Trezentos, em que Coimbra deixa de ser o último

<sup>8</sup> A ausência de dados a seu respeito mereceu já no século XVI uma chamada de atenção por parte de P. A. Nogueira, *Livro das vidas...*, p. 113. Sobre a sua família, apenas apurámos, até agora, ter sido tio de Geraldo Peres, cônego da Sé de Coimbra entre 1348 e 1401, e de Margarida Peres, sua irmã, casada com o almoxarife da Lousã Vasco Lourenço, como se pode ver em Maria do Rosário Barbosa Morujão, “Geraldo Peres, cônego da Sé de Coimbra no século XIV”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, n.º 31 (1), 1996, pp. 401-402.

<sup>9</sup> De acordo com o obituário da Sé de Coimbra e com Pedro Álvares Nogueira, D. Jorge teria morrido a 20 de Fevereiro de 1357, sendo sepultado na catedral, diante do altar dedicado a Nossa Senhora; cf. *Liber Anniversarium Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, ed. crítica de P. David e T. Sousa Soares, vol. 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1947, p. 116 e P. A. Nogueira, *Livro das vidas...*, p. 122. No entanto, a sua morte deve ter ocorrido um ano antes, já que o bispo que lhe sucedeu em Coimbra foi nomeado por bula de Inocêncio VI datada de Maio de 1356 (cf. C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 196). O erro no obituário (que o cônego quinhentista terá provavelmente seguido) é explicável tendo em conta que o registo em causa apenas surge numa versão do manuscrito cujo copista converteu as datas expressas na Era hispânica para a Era cristã com frequentes incorreções.

<sup>10</sup> TT, Sé de Coimbra, 2.ª inc., M. 58, n.º 2164, de 6 de Setembro de 1344.

<sup>11</sup> Cf. M. R. B. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, pp. 53-190 (em especial nas pp. 179-180) e “O báculo e a coroa...”, p. 55.



degrau na carreira eclesiástica e se torna apenas um passo mais na ascensão dentro da hierarquia episcopal, em que Lisboa assume uma importância crescente que culminará com a sua passagem a arquidiocese<sup>12</sup>.

Esta tendência evidencia-se logo após a morte de D. Jorge Eanes. O seu sucessor, D. Lourenço Rodrigues, que fora chantre de Coimbra e prelado da Guarda<sup>13</sup>, ficou nesta diocese pouco tempo, não mais de dois anos, tendo sido transferido para Lisboa, onde terminou os seus dias<sup>14</sup>. Por seu turno, o bispo que lhe sucedeu também passou de Coimbra para Lisboa, e o mesmo percurso seguiram outros dois prelados deste período, como veremos em seguida.

D. Pedro Gomes Barroso, que ascendeu à cátedra conimbricense por transferência de D. Lourenço para Lisboa, não só comprova essa tendência, como é o primeiro de dois eclesiásticos castelhanos refugiados em Portugal, devido às perseguições que lhes movia o rei de Castela, Pedro I, que se tornaram bispos desta diocese. Sobrinho-neto do cardeal seu homónimo que fora deão de Lisboa na década de 1340<sup>15</sup>, doutorado em leis e autor de diversas obras<sup>16</sup>, D. Pedro Barroso foi cónego de Palência e de Toledo, mais tarde arcediogo e deão desta catedral. Tornou-se depois bispo de Sigüenza<sup>17</sup>, cargo que desempenhava quando foi obrigado a deixar Castela, por ter tomado a defesa da rainha Branca de Bourbon, que Pedro I preferira em favor da sua amante, Maria Padilha<sup>18</sup>. Por isso, D. Pedro Barroso foi preso e mantido em cativeiro durante alguns meses; libertado, encontrou refúgio em Portugal. O papa Inocêncio VI fê-lo bispo de Coimbra em 1358, e como tal permaneceu até 1364, ano em que foi transferido para Lisboa<sup>19</sup>. Após o assassinato do rei

<sup>12</sup> A passagem de Lisboa a arquidiocese deu-se em Novembro de 1393, por mão do papa Bonifácio IX, através da bula *In eminentissimae dignitatis*; cf. Manuel Clemente, “Lisboa, diocese e patriarcado de”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos A. Moreira Azevedo, vol. 3, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2001, p. 97.

<sup>13</sup> Cf. C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, pp. 196 e 235. De acordo com os dados apresentados por este autor, D. Lourenço foi bispo da Guarda a partir de 15 de Outubro de 1347, tendo sido transferido para Coimbra a 23 de Maio de 1356.

<sup>14</sup> Cf. C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, pp. 196 e 507. Um interessantíssimo documento relativo à casa episcopal de Lisboa de D. Lourenço e à sua prelazia à frente dessa diocese foi dado a conhecer por A. M. de S. Saraiva, “O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues...”.

<sup>15</sup> Cf. M. Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa...*, vol. 2, pp. 115-117. Sobre este prelado, cf. P. A. Nogueira, *Vida dos bispos...*, pp. 122-124 e Rafael Sánchez Sesa, “Obispos procedentes de Castilla y proyectos de reforma en la Sede de Coimbra (1358-1407)”, *Hispania Sacra*, Madrid, vol. 51, n.º 104, 1999, pp. 764-767.

<sup>16</sup> Sobre as obras de D. Pedro Barroso, cf. Maria del Carmen Álvarez Márquez, *Manuscritos localizados de Pedro Gómez Barroso y Juan de Cervantes, arzobispos de Sevilla*, Alcalá de Henares, Universidad, 1999; uma delas, um manual de confissão, foi estudada e publicada por Gustave A. Arroyo, *Les manuels de confession en castillan dans l'Espagne médiévale*, Montréal, 1989 (dissertação de mestrado publicada on-line em <http://www.fordham.edu/halsall/projects/arroyo/manuels.htm>).

<sup>17</sup> Cf. C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 444.

<sup>18</sup> Acerca da complicada conjuntura política que se vivia então em Castela e o papel nela desempenhado pela Igreja, vid. Cristina Pimenta, *D. Pedro I*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2005, pp. 151-159 e José Manuel Nieto Soria, *Iglesia y genesis del Estado moderno en Castilla (1369-1480)*, Madrid, Editorial Complutense, 1993, pp. 251-261.

<sup>19</sup> Cf. C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, pp. 196 e 507.



de Castela, D. Pedro Barroso pôde regressar ao seu reino e tornar-se arcebispo de Sevilha<sup>20</sup>. Ainda ascendeu a cardeal, tendo falecido na cúria pontifícia<sup>21</sup>.

A transferência de D. Pedro Barroso para Lisboa conduziu à nomeação para Coimbra de D. Vasco, que tem sido muitas vezes incorrectamente identificado, seguindo a informação errada fornecida por Pedro Álvares Nogueira na sua *Vida dos bispos de Coimbra*<sup>22</sup>. Segundo este cronista, o novo bispo seria Blas Fernández, arcebispo de Toledo, que tivera de abandonar Castela para salvar a vida face à perseguição movida por Pedro I, visto ser irmão do reposteiro-mor do rei, que este condenara à morte. D. Blas, de facto, abandonou Toledo e encontrou refúgio no mosteiro de S. Domingos de Coimbra, onde se manteve até morrer, em 1362<sup>23</sup>; mas nunca deixou de ser arcebispo, continuando à distância a actuar como responsável por aquela diocese<sup>24</sup>. O sucessor de D. Pedro Barroso não foi ele, mas sim o bispo da Guarda D. Vasco Rodrigues, como consta da sua bula de nomeação, outorgada por Urbano V a 23 de Julho de 1364<sup>25</sup>. Este eclesiástico, bacharel em Direito Canónico e protegido por D. Pedro I de Portugal<sup>26</sup>, fora detentor de diversos benefícios tanto neste reino como em Castela, entre os quais avultava o chantrado da

<sup>20</sup> Por carta do papa Urbano V outorgada a 4 de Junho de 1369, de acordo com C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 278.

<sup>21</sup> Dados colhidos em M. Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa...*, vol. 2, p. 117, e em Salvador Miranda, *The cardinals of the Holy Roman Church*, on-line em <http://www.fiu.edu/~mirandas/bios1371.htm>.

<sup>22</sup> P. A. Nogueira, *Vida dos bispos...*, pp. 124-126. Seguiram o erro deste cónego quinhentista, por exemplo, A. B. Cardoso, *Catálogo dos bispos...*, p. 7; F. Almeida, *História da Igreja...*, vol. 1, p. 501; R. Sánchez Sesa, "Obispos procedentes de Castilla...", p. 767-770. A. Vasconcelos, *Lista cronológica...*, pp. 11-12, admite igualmente essa identificação, e por isso eliminou D. Vasco do episcopologio conimbricense, alegando que nunca foi mais do que mero administrador da diocese.

<sup>23</sup> Cf. J. F. Rivera Recio, "Fernández de Toledo, Blas", in *Diccionario de Historia Eclesiastica de España*, dir. Q. Aldea Vaquero, T. Marín Martínez y J. Vives Gatell, vol. 2, Madrid, CSIC, 1972, p. 922 e María José Lop Otín, *El cabildo catedralicio de Toledo en el siglo XV. Aspectos institucionales y sociológicos*, Madrid, Fundación Ramón Areces, 2003, pp. 95-97. Um testemunho coevo, patente nos anais de Santa Cruz de Coimbra, dá-nos a conhecer as circunstâncias em que D. Blas veio para Coimbra: "Jtem feria. ij. sete dias do mes de Março da hera de Mil e quatrocentos annos se finou dom Vasco deste mundo arçobispo de Toledo o qual foy emuiado do Reyno de Castela per sanha del Rey e chegou a cidade de Coymbra e fez uiuenda en o moesteiro de Santo Domingos da dita Cydade" (*Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, textos publicados com uma introdução por António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, p. 82). Este texto (e o citado na nota seguinte) é invocado por A. Vasconcelos, *Lista cronológica...*, p. 11, como justificação para excluir D. Vasco do catálogo de prelados de Coimbra.

<sup>24</sup> Assim nos mostra um outro testemunho dos anais de Santa Cruz de Coimbra, que regista, a 20 de Fevereiro de 1362, a sagração de Fr. Alfonso de Noia como bispo de Orcel, em S. Francisco de Coimbra, tendo presidido à cerimónia o arcebispo de Toledo D. Vasco, o bispo de Viseu e o bispo de *Cirendom* (*Anais...*, p. 82). Cf. também R. Sánchez Sesa, "Obispos procedentes de Castilla...", p. 768, nota 70.

<sup>25</sup> Cf. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 196. Importa deixar aqui expressos os meus sinceros agradecimentos ao Doutor Mário Farelo, que me facultou numerosos dados sobre D. Vasco, permitindo-me assim comprovar a verdadeira identidade deste prelado.

<sup>26</sup> A protecção concedida pelo rei está bem patente na súplica de 17 de Dezembro de 1357, pela qual D. Pedro I solicita diversos benefícios (entre os quais uma conezia com prebenda em Sevilha) para Vasco Rodrigues, estudante de Direito Canónico na Universidade de Montpellier (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, vol. 1: *Súplicas dos pontifcados de Clemente VI, Inocêncio VI, Urbano V*, Roma - Porto, Editorial Franciscana, 1968, nº 129, pp. 328-329).

Guarda<sup>27</sup>; tornou-se, depois, bispo dessa diocese<sup>28</sup>, que trocou pela de Coimbra em 1364, aí permanecendo até 1371<sup>29</sup>. Em Junho desse ano, foi transferido para Lisboa, e poucos meses mais tarde para Braga, falecendo ainda antes de ter sido consagrado como arcebispo<sup>30</sup>.

Tem sido várias vezes afirmado que D. Vasco não foi verdadeiramente bispo de Coimbra, mas apenas administrador da diocese<sup>31</sup>. Na verdade, a documentação indica-o como bispo de pleno direito, utilizando uma intitulação semelhante à dos seus antecessores, em que se diz bispo pela graça de Deus e da Sé Apostólica, e assumindo-se como prelado nas subscrições autógrafas que nos legou, e nas quais assina “*episcopus vidit*”<sup>32</sup> (fig. 2).

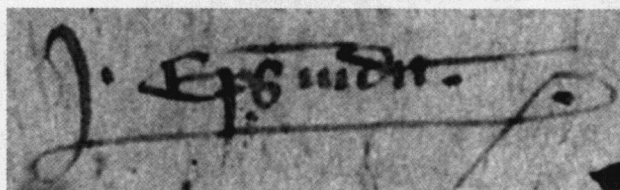


Fig. 2 – Subscrição autógrafa de D. Vasco Rodrigues (1364-1371)<sup>33</sup>

Segundo Pedro Álvares Nogueira, a D. Vasco ter-se-ia seguido um bispo de nome Fernando<sup>34</sup>; mais nenhuma fonte o refere, porém, pelo que creio tratar-se de novo engano deste autor. O sucessor de D. Vasco foi, uma vez mais, um castelhano refugiado: D. Pedro Dias Tenório, personagem bem conhecida pelo protagonismo que assumiu na história peninsular do último quartel de

<sup>27</sup> Esses benefícios constam de várias súplicas endereçadas ao papa em seu favor entre 1355 e 1361, que se podem ler em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 1, n° 486, p. 229; n° 66, pp. 299-300; n° 244, p. 392; n° 245, p. 393.

<sup>28</sup> Cf. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 235, que no entanto se engana no seu patronímico, chamando-lhe Meneses em lugar de Rodrigues.

<sup>29</sup> Cf. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 196.

<sup>30</sup> Cf. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, pp. 507 e 144, respectivamente. A informação sobre o falecimento de D. Vasco antes de ser sagrado arcebispo de Braga é-nos dada por António Domingues de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. III/1: *A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente. Repercussão do Cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV*, Braga – Porto, Editorial Franciscana, 1982, pp. 172-173.

<sup>31</sup> Assim considera M. Oliveira, *História eclesiástica...*, p. 437, na sequência do qual a mesma ideia surge repetida em A. M. Jorge (coord.), “Episcopologio”, p. 136. Como mais acima referi (notas 22 e 23), essa é a razão pela qual A. Vasconcelos, *Lista cronológica...*, p. 11 exclui D. Vasco do episcopologio da diocese.

<sup>32</sup> Esta situação é em tudo diversa da ocorrida anos mais tarde, em 1402, quando o arcebispo de Compostela D. João Manrique, afastado da sua diocese, se tornou administrador do bispado de Coimbra e como tal se intitula, nunca se designando como bispo da diocese, tal como se pode ver em vários documentos citados por A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, pp. 535-536.

<sup>33</sup> TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 12, n° 586, de 25 de Fevereiro de 1365.

<sup>34</sup> P. A. Nogueira, *Livro das vidas...*, p. 126. Segue essa informação Francisco Leitão Ferreira, *Catálogo...*, n° LIII e F. Almeida, *História da Igreja...*, vol. 1, p. 502.

Trezentos<sup>35</sup>. O mesmo cronista dos bispos de Coimbra descreve-o como sendo alto de corpo, bem proporcionado, o rosto vermelho e a voz rija, mas “mui sonora”<sup>36</sup>. Doutor em Leis, Pedro Tenório foi professor na Universidade de Roma, cónego em várias catedrais, incluindo a de Lisboa, e arcebispo em Toledo<sup>37</sup>. Desde cedo participou de forma activa na intrincada política castelhana da época, colocando-se ao lado dos Trastâmaras contra Pedro I<sup>38</sup>. Foi, por isso, forçado a exilar-se por duas vezes, primeiro em França, e mais tarde, em 1367, na sequência da derrota de Nájera, em Portugal, onde vivia uma sua irmã, casada com Aires Gomes da Silva<sup>39</sup>. Recebeu neste reino diversos benefícios, entre os quais a mitra de Coimbra, que ocupou de 1371 a 1377<sup>40</sup>. Pedro Álvares Nogueira diz ter sido o rei quem o colocou nesse cargo; segundo parece, não foi muito bem acolhido pelo cabido, com o qual se envolveu em diversas contendas (“dando ocasião a elas sem nenhuma causa nem razão”, opina o mesmo autor)<sup>41</sup>.

Em 1377, D. Pedro foi transferido para a catedral de Toledo, de que foi arcebispo até morrer, vinte e dois anos mais tarde<sup>42</sup>. Do importante papel que continuou a desempenhar na política castelhana, interessa-nos de momento apenas salientar a sua participação activa na guerra entre Portugal e Castela, ao lado de Juan I, vigiando partidários da independência portuguesa, reunindo tropas, organizando a vigilância de fortalezas, e marcando presença na batalha de Trancoso e nos cercos de Coria e Tuy<sup>43</sup>.

A transferência de D. Pedro Tenório trouxe para Coimbra, como seu sucessor, mais um castelhano, D. João Cabeça de Vaca, deão de Toledo<sup>44</sup>. Ao contrário dos anteriores, não era um refugiado político; a sua nomeação para Coimbra terá constituído uma forma de o compensar por ter sido preterido para o lugar de arcebispo, a que almejava, e de evitar que fizesse oposição ao novo prelado<sup>45</sup>. Eubel indica como data do seu provimento o dia 13 de Janeiro

<sup>35</sup> Sobre este prelado, vejam-se os diversos trabalhos que lhe dedicou Rafael Sánchez Sesa, “Notas sobre la participación de un eclesiástico en la guerra a finales del siglo XIV. Don Pedro Tenorio, arzobispo de Toledo (1377-1399)”, *Archivos Leoneses*, León, nº 97-98, 1995, pp. 281-292; “Don Pedro Tenorio y la reforma de las órdenes monásticas en el último tercio del siglo XIV”, *En la España Medieval*, Madrid, nº 18, 1995, pp. 289-302; “Don Pedro Tenorio (ca. 1328-1399). Aproximación a la vinculación eclesiástica, familiar y política de un arcebispo toledano al reino de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 2ª série, vol. 15, nº 2, 1998, pp. 1479-1492; “Obispos procedentes de Castilla...”, pp. 770-776.

<sup>36</sup> P. A. Nogueira, *Livro das vidas...*, p. 127.

<sup>37</sup> Cf. M. Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa...*, vol. 2, pp. 328-332.

<sup>38</sup> A participação política de D. Pedro Tenório é analisada e sintetizada nas obras citadas *supra*, nota 35.

<sup>39</sup> Cf. R. C. Gomes, *D. Fernando*, pp. 45-46.

<sup>40</sup> Cf. M. Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa...*, vol. 2, pp. 328-332 e C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 196.

<sup>41</sup> P. A. Nogueira, *Livro das vidas...*, p. 127. Cf. R. Sánchez Sesa, “Obispos procedentes de Castilla...”, pp. 774-776.

<sup>42</sup> Cf. C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 487.

<sup>43</sup> Cf. R. Sánchez Sesa, “Notas sobre la participación...”, pp. 286-289 e “Don Pedro Tenorio (c. 1328-1399)...”, pp. 1488-1491.

<sup>44</sup> Cf. R. Sánchez Sesa, “Obispos procedentes de Castilla...”, pp. 776-777.

<sup>45</sup> É desta forma que interpreta a sua nomeação J. M. Nieto Soria, *Iglesia y genesis...*, p. 365.



ro de 1377<sup>46</sup>; em Outubro do ano seguinte, porém, os actos escritos do cabido ainda consideram a Sé vacante<sup>47</sup>, e só em Janeiro de 1379 surgem as primeiras provas documentais da sua presença à frente do bispado<sup>48</sup>.

Era ele o prelado de Coimbra quando o Cisma estalou, tendo-se D. João colocado, desde logo, do lado do papa avinhonense<sup>49</sup>. Na sequência da morte do rei D. Fernando, tomou o partido favorável a Castela, passando ao serviço de Juan I, de quem foi embaixador junto de Clemente VII<sup>50</sup>, e ao lado de quem se encontrava por ocasião do cerco a Celorico da Beira, em Julho de 1385<sup>51</sup>. Em 1391 continuava a intitular-se bispo de Coimbra<sup>52</sup>, mas havia já vários anos que um novo prelado, obediente a Roma, ocupava o seu lugar; posteriormente, D. João foi bispo de Cuenca e de Burgos, tendo falecido em 1413<sup>53</sup>.

Como acaba de ser referido, apesar de D. João Cabeça de Vaca se considerar bispo de Coimbra até aos inícios da década de 1390, a cátedra, na prática, já não lhe pertencia. Os documentos conservados nos arquivos do cabido dão a Sé como vaga pelo menos desde 1383 e até Outubro de 1385<sup>54</sup>. Fontes papais, por seu turno, referem que Urbano VI teria designado um novo prelado durante o sétimo ano do seu pontificado, ou seja, entre 18 de Abril de 1384 e 17 do mesmo mês do ano seguinte<sup>55</sup>; foi, pois, decerto entre Fevereiro e Abril de 1385 que D. Martinho Afonso foi nomeado bispo, apesar de só existir confirmação documental do facto a partir de 1386<sup>56</sup>.

<sup>46</sup> C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 196.

<sup>47</sup> Assim sucede, por exemplo, em TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 89, nº 4227, de 22 de Outubro de 1378.

<sup>48</sup> F. Almeida, *História da Igreja...*, vol. 1, p. 502 considera-o como bispo de Coimbra apenas nos anos de 1377 e 1378, o que a documentação, como se vê, invalida. Conhecem-se vários documentos que mostram D. João à frente do bispado até Junho de 1381 (é desta data, por exemplo, TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Liv. 11, fls. 101-104., cit. por R. Sánchez Sesa, "Obispos procedentes de Castilla...", p. 777). Em Agosto desse mesmo ano, porém, a Sé já é dada como vacante (TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Liv. 11, fls. 99-101, também cit. por R. Sánchez Sesa, "Obispos procedentes de Castilla...", p. 777). Parece ter havido uma transferência gorda de D. João para Cuenca por Clemente VII, a 29 de Janeiro de 1383, sendo nomeado para Coimbra, em seu lugar, o bispo de Pésaro, D. Ângelo. A 17 de Fevereiro e a 2 de Abril desse mesmo ano, porém, cartas outorgadas pelo vigário-geral conimbricense afirmam que este estava a agir em nome do bispo D. João; e em Maio, estando junto de Juan I de Castela e de D. Beatriz, o mesmo prelado de Coimbra é referido, na sentença sobre a consumação do matrimónio então pronunciada pelo cardeal de Aragão, o que significa que D. João não tinha sido substituído nesta diocese pelo papa avinhonense. Para todos estes dados, cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 2: *Súplicas dos Pontificados dos Papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma Bonifácio IX*, Porto, Editorial Franciscana, 1970, pp. CCCLXXXIV-V.

<sup>49</sup> Sobre a reacção portuguesa face ao Cisma da Igreja, vid. Júlio César Baptista, "Portugal e o Cisma do Ocidente", *Lusitania Sacra*, Lisboa, nº 1, 1956, pp. 65-203; Hermínia Vasconcelos Vilar, "O Cisma do Ocidente e a Igreja portuguesa no dealbar do século XV", in *História Religiosa de Portugal*, vol. 1, pp. 328-333; e, sobretudo, o amplamente documentado estudo de A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1.

<sup>50</sup> Assim nos surge em vários documentos, como os publicados em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 2, nº 620b e 621, pp. 187-188; nº 624-627, pp. 189-190; nº 629-631, pp. 191-193.

<sup>51</sup> D. João Cabeça de Vaca foi um dos subscritores do testamento que Juan I aí lavrou, a 21 de Julho de 1385; cf. R. Sánchez Sesa, "Obispos procedentes de Castilla...", pp. 776-777.

<sup>52</sup> Cf. A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, p. 484, nota 311.

<sup>53</sup> De acordo com C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, pp. 151 e 201, D. João tornou-se bispo de Cuenca em 1396, tendo sido transferido para Burgos em 1407 e vindo a falecer, como prelado desta última diocese, em 1413. Cf. R. Sánchez Sesa, "Obispos procedentes de Castilla...", p. 776.

<sup>54</sup> TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 26, nº 1079, de 6 de Agosto de 1383, e M. 3, nº 130, de 2 de Outubro de 1385.

<sup>55</sup> Cf. A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, pp. 546-547.

<sup>56</sup> Cf. A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, pp. 547-548, nota 394.

Com D. Martinho, mais uma nova fase se abre na história da Sé de Coimbra, como, aliás, sucedeu pela mesma altura nas catedrais de todo o reino, onde se procedia à substituição dos prelados seguidores de Clemente VII por partidários do papa de Roma, que eram, simultaneamente, adeptos do Mestre de Avis<sup>57</sup>. A associação entre estas duas causas, a independência de Portugal sob a chefia de D. João I e a defesa do papado romano, contrapondo-se à identificação que se fazia entre os apoiantes de Juan I e os defensores de Avinhão, permitiu ao fundador da dinastia de Avis contar com o apoio de Urbano VI na sua legitimação como rei, bem como na colocação dentro da hierarquia episcopal portuguesa de clérigos próximos do novo monarca, recrutados entre os seus conselheiros<sup>58</sup>. Era este precisamente o caso de D. Martinho Afonso, doutor em Direito por Bolonha, e um dos primeiros membros do desembargo e do conselho do Mestre<sup>59</sup>. Era filho de um dos últimos escrivães da puridade do rei D. Fernando, Afonso Peres<sup>60</sup>, e irmão de Afonso Peres da Charneca, que foi armado cavaleiro em Aljubarrota pelo próprio Mestre de Avis, vindo a falecer na guerra em Castela ao serviço da coroa portuguesa<sup>61</sup>; D. Martinho, aliás, tal como outros eclesiásticos da época, também não hesitou em pegar em armas para defesa do reino, tendo por isso sido absolvido pelo papa, anos mais tarde<sup>62</sup>.

O bispo D. Martinho Afonso permaneceu na diocese mondeguinta até 1398<sup>63</sup>, data em que foi transferido para Braga, onde morreu como arcebispo,

<sup>57</sup> Cf. A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, p. 496. Ainda sobre a política joanina relativamente à provisão dos bispados, vid. Margarida Garcez Ventura, *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesíásticas (1383-1450)*, Lisboa, Ed. Colibri, 1997, pp. 95-100 e 244-245.

<sup>58</sup> Sobre este assunto, vid. A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, pp. 421-500.

<sup>59</sup> D. Martinho Afonso surge como conselheiro do Mestre a partir de Outubro de 1384; em 1385, nas Cortes de Coimbra, o seu nome foi indicado pelos povos para continuar a ser membro do conselho régio; cf. Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo régio: 1320-1433*, Porto, Centro de História da Universidade, 1990, p. 365 e "Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos «privados» de D. João I", in *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 265 e A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, p. 546.

<sup>60</sup> Cf. Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 52. Note-se que A. L. Carvalho Homem, *O Desembargo régio...*, p. 272, não identifica este escrivão como sendo pai de D. Martinho.

<sup>61</sup> Assim revela o diploma de 11 de Dezembro de 1392 pelo qual o rei autoriza D. Martinho, bispo de Coimbra, a herdar os bens do irmão, falecido sem descendência nem testamento; este documento consta do registo da chancelaria de D. João I (*Chancelarias portuguesas: D. João I*, org. e revisão de João José Alves Dias, vol. 2, t. 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2005, n.º 633), tendo também sido publicado por A. J. Dias Dinis, *Quem foi o bispo de Coimbra nos anos de 1386 a 1398?*, sep. *Colectânea de Estudos*, Braga, 2.ª série, ano 3, n.º 1, 1952, doc. VII, pp. 41-43.

<sup>62</sup> Por bula de Bonifácio IV, de 11 de Setembro de 1395, que lhe concedia a absolvição por ter pegado em armas, dado que lutava pela independência do reino e contra os cismáticos; cf. A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, pp. 503-504, que refere e publica outras bulas concedidas por razões semelhantes a diversos eclesiásticos apoiantes de D. João I nas pp. 501-505.

<sup>63</sup> Alguns autores referem a existência de dois bispos de nome Martinho, como F. Almeida, *História da Igreja...*, vol. 1, p. 502; A. Vasconcelos, *Lista cronológica...*, p. 18. Porém, A. J. Dias Dinis, *Quem foi o bispo...* deixou bem provado que apenas houve um bispo assim designado à frente da diocese de Coimbra nesta época.

em 1416<sup>64</sup>. Teve, de Emília Gonçalves, mulher solteira, cinco filhos, que D. João I legitimou e recebeu na sua corte<sup>65</sup>. Todos eles usaram o apelido Miranda, que se tem pensado vir do lado materno<sup>66</sup>; no entanto, a mãe não é referida com esse nome nas cartas de legitimação dos filhos<sup>67</sup>, e D. Martinho usava o brasão dos Miranda, que se pode ver nos seus selos, tanto no pontifical (fig. 3) como no de camafeu (fig. 4), tendo esse escudo sido também esculpido na sua sepultura<sup>68</sup>. Um outro nome costuma ser-lhe associado, Charneca, que os documentos da época, porém, só utilizam para designar o irmão e o pai, e que certamente deriva do lugar de Charneca, perto de Lisboa, onde Afonso Peres, filho, tinha propriedades que D. Martinho veio a herdar<sup>69</sup>.



Fig. 3 – Selo pontifical de D. Martinho Afonso ([1385]-1398)<sup>70</sup>

<sup>64</sup> Cf. C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 144 e A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, pp. 550-557, que revela a sua eleição pelo cabido bracarense e os gastos com que teve de arcar para levar avante a promoção a arcebispo.

<sup>65</sup> Eram eles Martim Afonso, Leonor, Mécia, Margarida Martins e Fernão Gonçalves Miranda, que vieram a fazer casamentos no meio cortesão, em alguns casos em famílias da mais alta posição junto de D. João I, como é o caso de Leonor, casada com Aires Gomes da Silva, e Margarida, mulher de D. Pedro de Meneses; cf. R. C. Gomes, *A corte dos reis...*, pp. 52-53.

<sup>66</sup> Assim opina, por exemplo, R. C. Gomes, *A corte dos reis...*, p. 53.

<sup>67</sup> Assim se pode ver nas cartas de legitimação publicadas por A. J. Dias Dinis, *Quem foi o bispo...*, pp. 45-47, docs. n.º 9, 11 e 13.

<sup>68</sup> Essa sepultura situava-se na igreja de S. Cristóvão de Lisboa, como nos diz A. J. Dias Dinis, *Quem foi o bispo...*, p. 18, que publica, nas pp. 38-39, a carta de D. João I de 7 de Dezembro de 1390 pela qual concedia a D. Martinho o padroado desse templo, onde o eclesiástico pretendia instituir capela e ordenar morgadio. Ignoro se o túmulo e o respectivo epitáfio que tinha inscrito existem hoje em dia; note-se que este não consta da obra de Mário Jorge Barroca, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, 3 vols., Lisboa, FCG/FCT, 2000.

<sup>69</sup> A questão do apelido do bispo é tratada em pormenor por A. J. Dias Dinis, *Quem foi o bispo...*, pp. 7-22, que conclui que o nome Charneca terá sido dado a D. Martinho por genealogistas tardios, influenciados pelos apelidos de seu irmão Afonso, de quem o bispo, como dissemos, foi herdeiro.

<sup>70</sup> TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 12, n.º 554, de 17 de Julho de 1391.





Fig. 4 – Selo de camafeu de D. Martinho Afonso ([1385]-1398)<sup>71</sup>

O seu sucessor em Coimbra fazia também parte do grupo de legistas que apoiaram o Mestre desde o primeiro momento. D. João Afonso de Azambuja é uma personagem bem conhecida, sobretudo desde o exaustivo trabalho que António Domingues de Sousa Costa lhe dedicou<sup>72</sup>. A sua família, de origem flamenga e natural da Azambuja, estava ligada ao serviço régio desde o tempo de D. Dinis<sup>73</sup>. Bacharel em Direito Canónico<sup>74</sup>, D. João Afonso pertenceu ao conselho e ao desembargo de D. João I<sup>75</sup>; conhecem-se mais de três centenas de cartas régias com a sua subscrição, datadas sobretudo dos anos de 1384 a 1386<sup>76</sup>. A partir dessa altura, manteve-se mais afastado do desembargo, devido às suas frequentes deslocações ao estrangeiro como embaixador do monarca e à sua carreira ascensional na hierarquia eclesiástica.

Um dos primeiros e importantes momentos dessa carreira deu-se em 1385, quando foi apresentado pelo próprio rei como prior de Santa Maria da

<sup>71</sup> TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 65, nº 2384, de 15 de Setembro de 1393.

<sup>72</sup> António Domingues de Sousa Costa, *D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa*, sep. *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, t. 2, Porto, Dominicanos, 1989.

<sup>73</sup> No seu testamento, D. João Afonso recorda os serviços prestados por familiares seus aos monarcas portugueses desde D. Dinis; cf. A. D. Sousa Costa, *D. João Afonso...*, p. 4.

<sup>74</sup> As suas habilitações académicas são atestadas em larguíssimo número de documentos régios que subscreveu, de que temos copiosos exemplos em A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 3/1, pp. 585-587, notas 432-435.

<sup>75</sup> A respeito da sua participação no conselho régio, note-se que, enquanto D. Martinho Afonso fora nomeado para o integrar logo após a sugestão dada pelos representantes dos concelhos nas Cortes de Coimbra de 1385, D. João Afonso apenas surge integrado nele a partir de 1387; cf. A. D. Sousa Costa, *D. João Afonso...*, p. 5.

<sup>76</sup> Cf. A. L. Carvalho Homem, *O desembargo régio...*, pp. 330-331.

Alcáçova de Santarém<sup>77</sup>. Em 1389, ascendeu à dignidade episcopal, que desempenhou primeiro em Silves, dois anos mais tarde no Porto, e a partir de 1398 em Coimbra<sup>78</sup>. Em 1402, deixou esta diocese para se tornar o segundo arcebispo de Lisboa<sup>79</sup>, e foi ainda elevado ao cardinalato<sup>80</sup>, vindo a falecer em Bruges, a 23 de Janeiro de 1415, quando vinha para Portugal, depois de ter estado presente na abertura do concílio de Constança<sup>81</sup>.

Estes foram os bispos de Coimbra da segunda metade de Trezentos – bispos de tempos de guerra, com ela convivendo, nela tomando partido e, por vezes, armas. Alguns, obrigados ao exílio, viram-se alçados a uma cátedra improvável nas suas carreiras, se não fossem os conflitos em que, voluntária ou involuntariamente, estiveram envolvidos. Outros foram beneficiados pela conjuntura política e bélica, tendo aproveitado as oportunidades de ascensão que ela proporcionava. Todos têm a sua identidade e cronologia mais bem conhecidas, doravante – base essencial para poderem ser devidamente estudados, em futuros trabalhos de que, sem a menor dúvida, merecem ser alvo.

---

<sup>77</sup> Cf. A. D. Sousa Costa, *D. João Afonso...*, p. 3.

<sup>78</sup> Cf. A. D. Sousa Costa, *D. João Afonso...*, pp. 5-6 e 20-22 e C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, pp. 196, 406 e 452.

<sup>79</sup> Cf. A. D. Sousa Costa, *D. João Afonso...*, p. 25 e C. Eubel, *Hierarchia...*, vol. 1, p. 506.

<sup>80</sup> Ascendeu a cardeal, com o título de S. Pedro ad Vincula, por mão do papa romano João XXIII, decerto nos meses finais do ano de 1411, tendo recebido no ano seguinte o arceprelado de Santa Maria Maior de Roma; cf. A. D. Sousa Costa, *D. João Afonso...*, pp. 51-53.

<sup>81</sup> Sobre os anos finais que passou na cúria romana e a sua participação no concílio reunido em Constança que pretendia pôr cobro ao Cisma, cf. A. D. Sousa Costa, *D. João Afonso...*, p. 42-55; anos antes, estivera também a representar Portugal no concílio de Pisa, tema que é abordado por Hélène Millet, “La participation du Portugal au concile de Pise (1409)”, in *A Igreja e o clero...*, pp. 233-254. D. João Afonso foi sepultado em Lisboa, no mosteiro dominicano de S. Salvador, de que fora o fundador e onde já o pai e o tio tinham sido enterrados. O sarcófago onde repousavam os seus restos mortais encontra-se hoje no Museu do Carmo, e conserva no lado da tampa um epitáfio, estudado e publicado por M. J. Barroca, *Epigrafia...*, vol. 2, t. 2, n.º 746, pp. 2117-2128, que o recorda como arcebispo de Lisboa e cardeal de Roma.